

# SÃO MARTINHO S.A.

Companhia aberta de capital autorizado - Fazenda São Martinho, Município de Pradópolis, Estado de São Paulo  
CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56 - NIRE 35 300 010 485



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Mais uma safra se completa. Uma safra de forte crescimento nos resultados financeiros e melhora no desempenho operacional, resultado das aquisições e investimentos em produtividade realizados nos últimos anos. A consolidação integral dos ativos da Usina Boa Vista a partir dessa safra, contribuiu de maneira relevante no aumento da lucratividade dado sua elevada eficiência, localização estratégica e elevado volume de cogeração de energia. Quanto aos projetos que estão em andamento, decidimos acelerar o cronograma do plantio de MPB e Meiosi em nossas unidades neste início de 2018, e esperamos que ao longo das próximas safras esse projeto aumente o volume de cana processada, alcançando 100% da nossa capacidade industrial instalada de 24 milhões de toneladas. Outro pilar importante de investimento em melhoria operacional é o projeto de automação agrícola – COA, que está em fase avançada de implantação na Usina São Martinho para, ao longo dos próximos anos, aplicarmos a tecnologia em todas as unidades da São Martinho. Para a safra que se iniciou em abril de 2018, observamos um clima mais seco do que a média histórica para o período. A combinação desses efeitos climáticos e nossa decisão de aumento de renovação de área de plantio tendem a impactar marginalmente o volume de cana processada na safra 18/19, porém com ATR médio superior, compensando parcialmente o total de produção. Ainda que o cenário global de açúcar de curto prazo indique uma tendência superavitária, a variação cambial, combinada com um mix mais alcooleiro é suficiente para mantermos nossos resultados em patamares semelhantes aos da safra 17/18. E para o etanol, nossa visão construtiva, reflete a expectativa de preços superiores aos praticados na safra passada, pautados em uma tendência de maior consumo e melhores preços de petróleo. Por fim, gostaria de compartilhar que após ser classificada no ranking da revista Você S.A. por 6 anos consecutivos, entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, a São Martinho também foi eleita em 2017, como a Melhor Empresa do Setor do Agronegócio. Uma conquista muito importante que reforça a essência de nossas crenças: cuidar das pessoas, das atitudes e do nosso negócio. Fabio Venturrelli - Diretor Presidente São Martinho.

**1. Descrição dos Negócios** A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil - possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP), Iracema, em Itacampópolis (região de Limeira, SP), Santa Cruz (região de Americana Brasileira, a 45km da Usina São Martinho) e da Boa Vista (Quirinópolis, a 300km de Goiânia, GO). No dia 15 de dezembro de 2016 anunciamos a incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A., joint venture com a Petróbras Biocombustível S.A. ("PBIO"). A incorporação aconteceu através da emissão de 24.023.708 ações no dia 23 de fevereiro de 2017, quando passamos a controlar 100% da Usina Boa Vista. Portanto as informações operacionais nesse Relatório consideram a participação de 50,95% da Usina Boa Vista na safra 16/17, e os dados de resultados financeiros consideram a participação de 50,95% até fevereiro/17 e de 100% no mês de março/17. É importante mencionar que mediante a implantação da norma contábil IFRS 11 (CPC 19), a partir do exercício fiscal de 2014, a São Martinho S.A. deixou de consolidar proporcionalmente os resultados de suas investidas. Tendo em vista a relevância dos resultados da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (50,95%) da São Martinho S.A., a Companhia decidiu pela continuidade da apresentação "proforma" das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa em seus relatórios de administração, nos mesmos critérios de consolidação anteriores (proporcional) à aplicação do referido pronunciamento, até fevereiro de 2017. Como mencionado no parágrafo anterior, partir de março 2017 o resultado da Usina Boa Vista passou a ser 100% consolidado na São Martinho. O detalhamento destas informações vem sendo apresentado consistentemente dessa forma, sendo que em função da mencionada aquisição do controle, a partir do próximo trimestre a apresentação "proforma" deixará de existir uma vez que 100% dos resultados da Usina Boa Vista estarão consolidados nas demonstrações financeiras. Ao longo da safra 2017/2018, a Companhia processou 22,2 milhões de toneladas de cana de açúcar aumento de 15,2% em relação à safra anterior. Conforme comunicado anteriormente i) o aumento da produtividade dos canaviais, ii) o crescimento de 7,3% no ATR médio da cana de açúcar, além iii) da consolidação integral da Usina Boa Vista, refletiram no incremento de 23,5% no volume total de ATR produzido. Encerramos a safra 2017/2018 com produção de 1.407 mil toneladas de açúcar em nossas usinas, além de 953 mil m³ de etanol. Além desses produtos cogerasmos 913 GWh de energia.

**2. Conjuntura Econômica Geral e de Mercado** De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar), a região centro-sul encerrou a safra 17/18 com moagem efetiva de 596,3 milhões de toneladas de cana de açúcar (-1,8%), produzindo 36,0 milhões de toneladas de açúcar (+1,2%) e 26,1 bilhões de litros de etanol (+1,7%). O aumento da produção de etanol refletiu a decisão dos produtores de priorizar a produção desse produto, dado à comparação com os preços internacionais de açúcar que tiveram uma margem inferior. Em relação ao desempenho financeiro da Companhia na safra 2017/2018, a receita líquida da São Martinho totalizou aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, um crescimento de 16,0% em relação à safra anterior. A melhora é explicada, principalmente, pelo maior volume de comercialização de açúcar e etanol, e preço médio de açúcar e cogeração superiores em relação ao mesmo período da safra passada. O preço médio de comercialização de açúcar da Companhia teve um aumento de 3,0%, que resultou no aumento da receita líquida em 8,3% (R\$ 1.782 milhões). Em relação ao mercado de etanol, a receita de vendas aumentou 26,9% em relação à safra anterior (R\$ 1.572 milhões), como consequência do maior volume vendido de 30,2%. O preço de médio de comercialização teve uma queda de 2,5%. As ações ordinárias (SMT03) da São Martinho S.A., inserido no Novo Mercado, tiveram performance positiva no ano, resultando em um aumento de 3,1% no preço da SMT03.

**3. Gestão de Pessoas** Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como em pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, a São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes. Diante disso, estudar novas tecnologias e parcerias, e agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. Programas que a companhia desenvolve: **Programa de Estágio**: o estágio é a importante fonte de experiência e aprendizado para os futuros profissionais enfrentarem e obter contato com os desafios que irão encontrar no mercado de trabalho. Para o estudante, a familiarização com as atividades em nível de ensino/aprendizado, proporciona um ambiente de interação entre teoria e prática além facilitar e aumentar a experiência, diminuir o impacto e as dificuldades de adaptação no futuro emprego, quando o estagiário iniciar sua caminhada profissional. A São Martinho valoriza e incentiva a oportunidade do aprendizado através do estágio, afinal a descoberta de novos talentos, a oferta de uma possibilidade de aprendizado faz a diferença no que tangue o respeito pelas pessoas. **Programa de Trainees**: com duração de 18 meses, foi criado em 2008, e tem o objetivo de encontrar jovens talentos para ocupar cargos estratégicos da empresa. Os participantes são candidatos externos, recém-formados ou em final de curso nas áreas de atuação da companhia. Os estagiários da empresa que estão em fim de contrato são encorajados a participar da iniciativa. O programa é desenvolvido com apoio de uma consultoria externa, responsável pelos conteúdos comportamentais que visam o desenvolvimento das competências da companhia. Além disso, complementa o processo de desenvolvimento dos jovens, a qualificação técnica através de job rotation agroindustrial e apresentações específicas sobre os processos administrativos, ações de responsabilidade social e de qualidade de vida. Ao final do programa, os trainees elaboram um projeto que é apresentado para diretoria, gestores e colegas. Na edição 2018/19 foram selecionados 29 jovens. **Valores em Ação**: o programa, de 18 meses de duração, foi criado em 2010 e é direcionado a colaboradores que já fazem parte do quadro da empresa. Seu objetivo é identificar potenciais e acelerar o processo de desenvolvimento preparando-os para maiores desafios. Para isso, a São Martinho conta com apoio de uma consultoria especializada em desenvolvimento comportamental. A edição de 2018/19 iniciará no segundo semestre 2018. **Programa Aprendiz**: realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2017, proporcionou capacitação profissional para cerca de 195 aprendizes de idades entre 16 a 18 anos. Eles participaram de cursos de aprendizagem industrial para os cargos de caldeireiro, mecânico de manutenção de máquinas industriais, assistente administrativo, almoxarife, mecânico de usinagem e mecânico de manutenção de máquinas agrícolas e veículos pesados. Após a certificação os jovens passam por processo seletivo e concorrem a vagas na companhia. **Remuneração**: As práticas de remuneração da São Martinho são competitivas e posicionadas estrategicamente integrando os pilares de Recursos Humanos (atrair, reter e formar) aos valores da companhia (integridade, ética e respeito pelas pessoas). A São Martinho reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização. A ferramenta de remuneração variável mensal aplicada à área produtiva agroindustrial evidencia o reconhecimento pela entrega e superação das metas, propiciando ganhos superiores em relação ao mercado. O Programa de Participação nos Resultados, por sua vez, estabelece o limite de dois salários anuais a todos os profissionais celetistas para o atingimento das metas organizacionais e setoriais estabelecidas.

Investimentos	12M18	12M17	Variação (%)
Em Milhares de R\$			
Plantio de Cana - Reforma	219.296	217.141	1,0%
Tratos Culturais	454.651	367.217	23,8%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	281.631	207.754	35,6%
<b>Manutenção</b>	<b>955.578</b>	<b>792.113</b>	<b>20,6%</b>
Equipamentos/Reposições	109.703	76.972	42,5%
<b>Melhoria Operacional</b>	<b>109.703</b>	<b>76.972</b>	<b>42,5%</b>
Plantio de Cana - Expansão	32.187	-	n.m.
Projetos (Industriais/Agrícolas)	70.256	107.827	-34,8%
<b>Modernização/Expansão</b>	<b>102.443</b>	<b>107.827</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.167.724</b>	<b>976.911</b>	<b>19,5%</b>

Para o período acumulado, o capex de manutenção somou R\$ 955,6 milhões apresentando um aumento de 20,6% em relação à safra anterior. O aumento no capex de manutenção reflete, principalmente (i) a consolidação de 100% da Boa Vista a partir de março/17, (ii) o aumento na manutenção de entressafra, efeito da variação de dias de safra, (iii) aumento nos tratos culturais, refletindo acréscimo nos custos atrelados à inflação, como mão de obra e diesel. O capex de melhoria operacional – investimentos relacionados às trocas de equipamentos agrícolas e industriais, visando crescimento de produtividade – somou R\$ 109,7 milhões (+42,5%) no acumulado da safra. Esse aumento reflete, além dos efeitos da incorporação da Usina Boa Vista, a troca de parte da frota agrícola desta unidade, investimento já previsto no plano de investimento da Companhia por conta do aumento da moagem nos últimos anos. Quanto ao capex de expansão, acrescentamos nesta seção os investimentos realizados em plantio que refletem, conforme já mencionada, nossa decisão de aumento de renovação de área de plantio. Os demais investimentos refletem *carry over* dos projetos que iniciamos anteriormente.

**5. Governança Corporativa e Política de Dividendos**  
**5.1 Governança Corporativa** A Sociedade confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da B3, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais. Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na B3, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia.  
**5.2 Política de Dividendos** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2018	2017
Em Milhares de R\$		
Lucro Líquido do Exercício	491.706	283.867
Constituição de Reserva Legal (5%)	(24.585)	(14.193)
Base de Cálculo para Distribuição de Dividendos Mínimos	467.121	269.674
(+) Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	116.780	67.419
(+) Realização de Reserva de Lucros a Realizar	31.561	6.823
(+) Dividendos Complementares	31.659	-
<b>= Total de Dividendos</b>	<b>180.000</b>	<b>74.242</b>
Ações ex-tesouraria (em milhares)	350.803	358.580
Dividendo por Ação (R\$)	0,51	0,207

Nela tabela acima foi utilizada a quantidade de ações em tesouraria na data de encerramento do ano agrícola. Dessa forma, até o momento da aprovação das informações em Assembleia Geral Ordinária - a ocorrer em 27 de julho de 2018 - poderá haver exercício de opções pelos executivos da Companhia, o que acarretaria em uma mudança na quantidade de ações em circulação e, portanto, no valor nominal de dividendos a serem distribuídos por ação.

**6. Perspectivas** Conforme publicado em Fato Relevante em 25 de junho de 2018, segue na tabela abaixo a projeção da safra para moagem de cana de açúcar e produção.

	Realizado Safra 17/18	Guidance Safra 18/19	Variação (%)
<b>Produção</b>	<b>22.206</b>	<b>20.570</b>	<b>-7,4%</b>
Moagem (mil toneladas)	1.407	980	-30,4%
Açúcar (mil toneladas)	487	456	-6,5%
Hidratado (mil m³)	466	663	42,4%
Cogeração (mil MWh)	913	850	-6,9%
ATR Médio (Kgs/Ton)	139,8	142,6	2,0%
<b>Total de ATR produzido</b>	<b>3.104</b>	<b>2.933</b>	<b>-5,5%</b>
Mix Açúcar/Etanol	47% - 53%	35% - 65%	

O volume de moagem de cana previsto para a safra 18/19 está estimado em aproximadamente 20,6 milhões de toneladas, redução de 7,4% em relação à safra anterior, sendo parcialmente compensado por um ATR médio 2,0% superior ao realizado na safra 17/18. Dessa forma, a redução prevista do volume de ATR total produzido é de aproximadamente 5,5%. Conforme comentado no Fato Relevante, a redução da estimativa de moagem é resultado i) do clima seco observado desde o início de 2018 (aprox. 41% da média histórica entre janeiro e junho), além ii) do aumento da renovação de plantio, acelerando nosso projeto de atingir 24 milhões de toneladas de cana processadas ao longo dos próximos anos. O mix de produção previsto é de 65% para etanol, ou cerca de 1,1 bilhão de litros, e 35% remanescentes destinados à produção de açúcar, com produção aproximada de 1 milhão de toneladas. Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas, e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

	12M18	12M17	Variação (%)
<b>Desempenho no Exercício – Valores Consolidados</b>			
<b>Destques Financeiros (em Milhares de R\$)</b>			
<b>São Martinho – Consolidado</b>			
Receita Líquida <sup>a</sup>	3.621.987	3.122.348	16,0%
EBITDA Ajustado <sup>b</sup>	1.949.994	1.445.083	34,9%
Margem EBITDA Ajustado	53,8%	46,3%	7,6 p.p.
EBIT Ajustado <sup>c</sup>	1.054.412	707.172	49,4%
Margem EBIT Ajustado	29,1%	22,6%	6,5 p.p.
<b>Indicadores de Balanço Consolidados</b>			
Ativo Total	9.114.712	8.691.883	4,9%
Patrimônio Líquido	3.289.775	3.403.320	-3,3%
EBITDA (acumulados dos últimos 12 meses) <sup>d</sup>	1.949.994	1.666.784	17,0%
Dívida Líquida	2.462.768	2.584.549	-4,7%
Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses	1,26 x	1,55 x	-18,6%
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	75%	76%	-1,1 p.p.

1- Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA. 2- Exclui os efeitos de receitas não operacionais recorrentes (R\$ 142.362 em 2017 Nota Explicativa 10.2) e variação no valor justo de ativos biológicos. 3- Para fins exclusivamente desse quadro do EBITDA ajustado segue os ajustes mencionados na nota 2 acima e considera, proforma, os resultados de 12 meses da Usina Boa Vista, como se a companhia detivesse 100% de participação durante todo o exercício. No comparativo 12M18 x 12M17, a receita líquida consolidada da São Martinho S.A. apresentou aumento de 16,0%, totalizando R\$ 3,6 bilhões, aproximadamente. Conforme já mencionado anteriormente, o aumento da receita líquida refletiu, principalmente, o aumento do volume de comercialização de açúcar e etanol, e com preços médios de açúcar e cogeração superiores ao mesmo período da safra passada, que combinado com uma maior diluição de custos caixa de produção de açúcar e etanol, contribuiu para o aumento de 34,9% no EBITDA Ajustado do período, totalizando R\$ 1.950,0 milhões, com margem EBITDA Ajustado de 53,8%. Seguem abaixo as tabelas de receita líquida e volume de vendas dos produtos da Companhia que ilustram a melhora da performance dos resultados nos últimos exercícios sociais.

	12M18	12M17	Variação (%)
<b>Composição da Receita Líquida</b>			
Em Milhares de R\$			
<b> Mercado Doméstico</b>	<b>2.014.480</b>	<b>1.521.316</b>	<b>32,4%</b>
Açúcar	205.965	161.813	27,3%
Etanol Hidratado	737.147	400.621	84,0%
Etanol Anidro	807.762	720.424	12,1%
Energia Elétrica	207.293	152.089	36,3%
Negócios Imobiliários	8.419	21.289	-60,5%
Outros	47.894	65.079	-26,4%
<b> Mercado Externo</b>	<b>1.607.507</b>	<b>1.601.032</b>	<b>0,4%</b>
Açúcar	1.575.580	1.482.817	6,3%
Etanol Hidratado	26.407	74.824	-64,7%
Etanol Anidro	693	43.008	-98,4%
Outros	4.827	384	1157,0%
<b> Receita Líquida Total</b>	<b>3.621.987</b>	<b>3.122.348</b>	<b>16,0%</b>
Açúcar	1.781.545	1.644.630	8,3%
Etanol Hidratado	763.554	475.445	60,6%
Etanol Anidro	808.455	763.431	5,9%
Energia Elétrica	207.293	152.089	36,3%
Negócios Imobiliários	8.419	21.289	-60,5%
Outros	52.721	65.463	-19,5%
<b> Volume de Vendas</b>	<b>12M18</b>	<b>12M17</b>	<b>Variação (%)</b>
Produtos			
<b> Mercado Doméstico</b>			
Açúcar (ton)	168.900	137.706	22,7%
Etanol Hidratado (m³)	443.373	240.126	84,6%
Etanol Anidro (m³)	450.558	389.345	15,7%
Energia Elétrica (MWh)	920.955	914.538	0,7%
<b> Mercado Externo</b>			
Açúcar (ton)	1.212.492	1.176.043	3,1%
Etanol Hidratado (m³)	15.055	38.353	-60,7%
Etanol Anidro (m³)	398	30.638	-98,7%
<b> Volume Consolidado Total</b>			
Açúcar (ton)	1.381.392	1.313.748	5,1%
Etanol Hidratado (m³)	458.428	278.479	64,6%
Etanol Anidro (m³)	450.956	419.983	7,4%
Energia Elétrica (MWh)	920.955	914.538	0,7%

**8. Fontes de Recursos. ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO** Na safra 2017/2018, a Companhia reduziu sua dívida líquida em 4,7%, totalizando R\$ 2,46 bilhões, encerrando com indicador Dívida Líquida/EBITDA em 1,26 vezes. A melhora do indicador reflete a forte geração de caixa operacional na safra.

	mar/18	mar/17	Variação (%)
<b>ENDIVIDAMENTO</b> - Em Milhares de R\$			
PESA	29.225	42.009	-30,4%
Crédito Rural	509.214	505.640	0,7%
BNDES/FINAME	582.203	842.630	-30,9%
Capital de Giro	397.336	761.944	-47,9%
International Finance Corporation (IFC)	303.797	-	n.m.
NPE (Pré-Pagamento de Exportação)	734.471	633.070	16,0%
PCE (Nota de Crédito de Exportação)	8.101	584.487	-98,6%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.360.550	349.462	289,3%
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	50.256	62.088	-19,1%
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>3.975.153</b>	<b>3.781.331</b>	<b>5,1%</b>
Disponibilidades	1.512.385	1.196.732	26,4%
<b>Dívida Líquida Consolidada</b>	<b>2.462.768</b>	<b>2.584.549</b>	<b>-4,7%</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA Acumulada R\$</b>	<b>1,26 x</b>	<b>1,55 x</b>	<b>-18,6%</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA Acumulada - USD<sup>1</sup></b>	<b>1,22 x</b>	<b>1,62 x</b>	<b>-24,5%</b>
<b>EBITDA Ajustado Acumulado</b>	<b>1.949.994</b>	<b>1.666.784</b>	

1. As Disponibilidades são compostas pelas linhas do balanço consolidado: Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras  
2. Dívida Líquida PTAX: EBITDA Acumulado PTAX médio diário 12 meses:

Março/17: R\$ 3,17          Março/17: R\$ 3,30  
Março/18: R\$ 3,32          Março/18: R\$ 3,22

**9. Sustentabilidade** A Sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da São Martinho. A empresa busca constantemente identificar maneiras pelas quais possa desenvolver práticas produtivas que atendam aos pilares que a sustentam. O cuidado com a questão ambiental, por exemplo, que abrange desde o uso responsável dos recursos naturais, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar até a reutilização de subprodutos no processo produtivo se justifica porque está diretamente relacionado à perenidade dos negócios com a cana-de-açúcar. O bom relacionamento e respeito com as comunidades do entorno, por sua vez, é parte do compromisso da empresa, que desenvolve programas sociais que buscam trazer benefícios internos e externos. O trabalho é norteado por uma gestão social responsável, pautada em uma relação ética e transparente com os públicos com os quais a Empresa se relaciona. Por fim, a governança corporativa e a geração de milhares de empregos diretos e indiretos contribuem para otimização do valor econômico e bem comum. O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da Companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. A São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional.  
**9.1. Projetos Sociais/Ações Sociais PROGRAMAS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** **Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros** Desenvolvido em parceria com instituições de Itacampópolis e Pradópolis, promoveu, em 2017, o acesso de 51 jovens, com idades entre 16 e 18 anos, ao mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação e oportunidades profissionais aos estudantes da rede pública de ensino. Ao fim, os jovens têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos até um ano após sua saída. Iniciado há 19 anos, o projeto proporcionou oportunidades para todos os participantes do programa. No quadro da São Martinho, há vários profissionais oriundos do Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros. **Telessalas** O projeto, realizado pela Usina Iracema, em parceria com a Fundação Bradesco e a Prefeitura de Itacampópolis, oferece a diversos jovens e adultos a oportunidade de retomar os estudos. Para isso, a ação disponibiliza quatro Telessalas, dotadas de equipamentos, material didático e monitores custeados pela Empresa. Desde 2002, milhares de alunos já se formaram por meio da iniciativa, nos ensinos Fundamental e Médio. **Programa Bom Aluno Escolar** Desenvolvido nas Usinas Iracema e Santa Cruz, o programa visa auxiliar os colaboradores a manter seus filhos na escola por meio da entrega de kits com material escolar. A cada ano, são abertas inscrições para que os colaboradores solicitem o benefício, entregue no mês de fevereiro. São kits para alunos do 1º ao 9º ano na Usina Iracema e para alunos da pré-escola e 1º ano ao ensino técnico na Usina Santa Cruz. São mais de 1.500 kits distribuídos todos os anos, garantindo a educação de futuros cidadãos para as comunidades. **CULTURA E LAZER Teatro** **Prêmio Virgínio Ometto** A Usina Iracema e a Associação Movimento Arte e Cultura de Itacampópolis (AMACI) promoveram, em parceria, a reforma do antigo cinema da cidade, que se transformou em um moderno e acolhedora cineteatro. O objetivo é proporcionar momentos de lazer e cultura à comunidade, em uma estrutura que conta com capacidade para receber 324 pessoas e um palco de 12 metros de comprimento. Anualmente, milhares de pessoas participam de eventos culturais, dentre eles peças teatrais, sessão de cinema, apresentações de Orquestra Sinfônica e Stand Up. **Teatro na Cidade – Estação Cultura** Projeto Estação Cultura, uma iniciativa promovida pela São Martinho para levar cultura de uma forma diferente a crianças e adultos dos municípios de Pradópolis, Itacampópolis, Américo Brasileiro e Quirinópolis (GO). A caravana levou, em 2017, espetáculos gratuitos de teatro, circo, sessões de cinema, oficinas pedagógicas e contação de história para as comunidades, reunindo um público de aproximado de 12.000 pessoas. **Feira do Livro** Anualmente a Usina São Martinho proporciona a seus colaboradores uma visita à Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, em 2017 a feira trouxe a apresentação de vários autores nacionais e internacionais, além da presença de grandes personalidades de expressão nacional, como Mário Sérgio Cortella. A Empresa também incentiva a leitura, por meio da doação de livros para ações sociais. Em 2017, foram beneficiados cerca de 100 colaboradores. **ESPORTE Corrida São Martinho** A Usina São Martinho promove anualmente a tradicional corrida rústica por trilhas de terra e grama que cortam matas, reservas e canaviais da unidade. Em 2017, a Corrida SM teve um recorde de 1.900 inscrites, dos quais 500 foram colaboradores da Companhia. Os atletas profissionais e amadores correram os percursos de 5 e 10 km, além de crianças de 8 a 14 anos que disputaram provas em pequenas distâncias. Os atletas além de levar para casa, uma medalha de conclusão da corrida, também levaram mudas doadas pela empresa de árvores nativa. **Programa Jogos do Sesi** A Usina Iracema foi a grande vencedora da 70ª edição de 2017 dos Jogos Industriais do Sesi. Os colaboradores da unidade conquistaram a primeira colocação em 13 modalidades disputa-

das e ficaram em segundo lugar em 3 modalidades. Pela terceira edição consecutiva, a Iracema sai campeã geral da competição. A participação de destaque também rende aos atletas vagas para competir nos Jogos Regionais do Sesi. O evento promove integração entre os participantes da comunidade. No total os Jogos Industriais do Sesi contam com 24 modalidades. A Usina Iracema sagrou-se campeã em 13 delas. **Projeto Tifui** O Torneio Interno de Futebol Usina Iracema (TIFUI) acontece todo ano, no período de entressafra, e busca integrar os colaboradores da Empresa. Todos os materiais e recursos utilizados para os jogos, que acontecem na própria unidade, são cedidos pela Companhia. **AÇÕES DE VOLUNTARIADO** Segurança, respeito, companheirismo e parceria são valores e virtudes que norteiam a conduta profissional de todos os seus colaboradores e estabelecem laços duradouros, imprimindo o jeito de ser da São Martinho e o modo como a companhia se relaciona com seus públicos de interesse. As ações de cunho social são comunicadas a todos os colaboradores, por meio dos veículos de comunicação interna da empresa, e cada colaborador participa voluntariamente das ações. **Programa Empreários do Futuro** Desenvolvido em Itacampópolis, o projeto tem como objetivo mostrar aos alunos do Ensino Médio como funciona uma empresa. A ação inclui a apresentação de conceitos como marketing, finanças, recursos humanos e produção. Durante 15 semanas, os participantes têm a oportunidade de desenvolver e comercializar um produto, com base em pesquisas de mercado elaboradas e executadas por eles. O projeto é apoiado voluntariamente por colaboradores da Usina Iracema que participam da iniciativa como professores. A participação dos jovens também é voluntária, já que as aulas são ministradas no contraturno escolar. O projeto é fruto de parceria da Companhia com as ONGs Junior Achievement e Instituto de Desenvolvimento de Limeira (IDELI). **Campanha Natal sem Fome** Campanha Natal sem Fome - Promovida anualmente, pela São Martinho, campanha estimula o espírito de solidariedade e o voluntariado no público interno. São arrecadados alimentos não perecíveis, durante os meses de novembro

Relatório da Administração

gerada a partir da biomassa nas unidades da companhia atende critérios de eficiência energética, além das boas práticas agrícolas e industriais de sustentabilidade. Em 2016 e 2017 o selo foi renovado para as unidades da São Martinho.

**10. Aderência à Câmara de Arbitragem** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das So-

iedades por Ações, no estatuto social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, nos termos do artigo 47 de seu Estatuto Social.

**11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos** Em relação aos Auditores Independentes:

	2018	2017
<b>a) Nome Empresarial</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559 15 de agosto de 2017	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559 19 de agosto de 2016
<b>b) Responsáveis, CPF e Dados para Contato</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559 15 de agosto de 2017	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559 19 de agosto de 2016
<b>c) Data da contratação dos serviços</b>	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2018 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2017, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês. Não houve substituição do auditor	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2017 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2016, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês. Não houve substituição do auditor
<b>d) Descrição dos serviços contratados</b>		
<b>e) Substituição do auditor</b>		
<b>i) Justificativa da substituição</b>		
<b>ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição</b>	Não há	Não há

	2016
<b>Exercício Social Findo em 31 de Março de</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559 16 de outubro de 2015
<b>Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2016 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2015, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.</b>	Não houve substituição do auditor

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados: Serviços de auditoria: R\$ mil 1.497,6. Outros serviços: R\$ mil 125,9. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), através de sua filial localizada em Campinas – SP, foi contratada para prestar dos serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de março de 2018 e revisões das informações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de dezembro e 30 de setembro e 30 de junho de 2017. Adicionalmente a EY foi contratada para revisão das informações contábeis e financeiras apresentadas no Prospecto da Oferta relativa à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Os honorários referentes a este serviço totalizaram R\$ 125.947,5. Sendo assim, os outros serviços totalizaram-se 7,76% do total de serviços de auditoria externa/revisão. Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes: A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelo qual entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa: Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços atribuída à Diretoria e a dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, Ernst & Young, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a Ernst & Young não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Balanco Patrimonial em 31 de março de 2018 e 2017 - Em milhares de reais					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	139.622	142.020	140.865	142.454
Aplicações financeiras	5	953.900	548.611	1.320.851	1.029.113
Contas a receber de clientes	6	66.813	135.972	177.893	168.868
Instrumentos financeiros derivativos	22	66.345	172.917	69.173	172.917
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	260.209	189.917	334.654	256.574
Ativos biológicos	11	419.732	437.656	581.725	586.362
Tributos a recuperar	8	23.802	84.653	36.093	102.310
Imposto de renda e contribuição social	19	5.795	10.081	9.687	11.159
Dividendos a receber	9	3.211	7.661	-	-
Outros ativos		16.654	9.620	16.917	12.293
<b>Total do Circulante</b>		<b>1.956.083</b>	<b>1.739.108</b>	<b>2.687.858</b>	<b>2.482.050</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	5	24.591	532	50.669	24.667
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	88.430	74.978	111.135	88.766
Partes relacionadas	9	6.527	4.623	5.834	3.867
Instrumentos financeiros derivativos	22	3.617	27	3.617	27
Contas a receber de clientes	6	-	-	24.869	25.810
Valores a receber da Copersucar		9.355	9.355	9.355	9.355
Tributos a recuperar	8	111.677	94.961	122.200	106.518
Imposto de renda e contribuição social	19	117.442	124.285	117.442	124.285
Depósitos judiciais	21	24.150	24.707	28.673	32.423
Outros ativos		439	439	439	439
		386.228	333.907	474.233	416.157
Investimentos	10	2.704.518	2.772.664	32.552	31.184
Imobilizado	12	2.679.114	2.534.563	5.449.912	5.288.550
Intangível	13	399.008	394.877	470.157	473.942
		5.782.640	5.702.104	5.952.621	5.793.676
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>6.168.868</b>	<b>6.036.011</b>	<b>6.426.854</b>	<b>6.209.833</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.124.951</b>	<b>7.775.119</b>	<b>9.114.712</b>	<b>8.691.883</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 - Em milhares de reais					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		491.706	283.867	491.706	283.867
Ajustes					
Depreciação e amortização	26	255.691	221.430	356.202	230.736
Ativos biológicos colhidos	26	395.522	387.632	539.380	401.134
Variação no valor justo de ativos biológicos	26	69.361	41.801	63.064	25.456
Amortização de intangível		-	1.002	-	1.002
Amortização de contratos de energia		-	-	8.210	7.309
Resultado de equivalência patrimonial	10	(334.474)	(175.951)	2.994	(87.365)
Resultado apurado em compra vantajosa/Remensuração de participação	10.2	-	(142.582)	-	(142.582)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	12	1.054	2.410	1.276	2.825
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		176.550	182.268	188.823	176.716
Instrumentos financeiros derivativos		(101.999)	230.637	(104.827)	230.637
Constituição de provisão para contingências, líquidas	21.1	13.042	5.643	10.964	(2.871)
Imposto de renda e contribuição social	19 (b)	69.601	47.969	130.840	129.778
Ajuste a valor presente e outros		5.941	6.368	2.536	6.289
		1.041.995	1.092.494	1.691.168	1.262.931
Variáveis nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		67.435	(73.359)	(9.547)	(4.957)
Estoques		(48.418)	25.546	(60.371)	62.229
Tributos a recuperar		65.460	(22.034)	69.888	(32.615)
Instrumentos financeiros derivativos		203.359	(61.845)	203.359	(61.845)
Outros ativos		1.244	(16.405)	2.708	(16.938)
Fornecedores		6.023	(19.075)	13.252	(27.755)
Salários e contribuições sociais		13.217	(1.116)	15.491	147
Tributos a recolher		(42.123)	(8.246)	(48.260)	(6.953)
Obrigações Copersucar		(43.666)	(23.088)	(43.666)	(23.088)
Impostos parcelados		(12.390)	(1.169)	(12.358)	(1.169)
Provisão para contingências - liquidações	21.1	(18.039)	(8.330)	(25.452)	(9.010)
Outros passivos		12.783	28.118	11.835	22.380
Caixa proveniente das operações		1.246.880	911.491	1.808.047	1.163.357
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(231.428)	(206.025)	(277.361)	(208.335)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(25.535)	(5.700)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<b>1.015.452</b>	<b>705.466</b>	<b>1.505.151</b>	<b>949.322</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	31	(16.751)	(26.869)	(17.451)	(27.646)
Adições ao imobilizado e intangível		(350.886)	(334.178)	(459.670)	(357.067)
Adições ao ativo (plantio e tratos)	11 e 12	(534.233)	(499.911)	(706.133)	(516.704)
Aplicações financeiras		(373.110)	142.389	(232.999)	82.068
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	12	2.732	3.235	6.553	4.269
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada		-	1.362	-	1.362
Ganho no caixa e equivalentes de caixa por mudança de participação societária em investida		-	-	-	53
Adiantamento para futuro aumento de capital		(5.527)	(3.622)	(4.834)	(2.867)
Recebimento de dividendos		121.667	135.271	4	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>(1.156.108)</b>	<b>(582.323)</b>	<b>(1.414.530)</b>	<b>(816.532)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos - terceiros	14	1.622.533	768.823	1.746.615	768.924
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(1.240.882)	(894.362)	(1.595.432)	(903.992)
Compra de ações em tesouraria	17 (b)	(145.756)	(68.232)	(145.756)	(68.232)
Alienação de ações em tesouraria	17 (f)	2.362	1.689	2.362	1.689
Pagamento de dividendos		(99.999)	(55.384)	(99.999)	(55.384)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<b>138.258</b>	<b>(247.466)</b>	<b>(92.210)</b>	<b>(256.995)</b>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(2.398)	(124.323)	(1.589)	(124.205)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	142.020	266.343	142.454	266.659
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	139.622	142.020	140.865	142.454

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 - Em milhares de reais					
Controladora e consolidado	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		491.706	283.867	491.706	283.867
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado					
Movimento no exercício: Variação do valor justo					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo		-	-	-	157.622
Derivativos de câmbio - Opções / NDF		-	-	-	11.275
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)		-	-	-	(76.111)
Contratos de Swap		-	-	-	11
		-	-	-	92.786
Reconhecimento no resultado operacional					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo		-	-	-	(184.534)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF		-	-	-	(96.546)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)		-	-	-	178.078
Contratos de Swap		-	-	-	(103.002)
		-	-	-	3.356
Baixa por inefetividade					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo		-	-	-	1.671
Derivativos de câmbio - Opções / NDF		-	-	-	(3.167)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)		-	-	-	-
Contratos de Swap		-	-	-	104
		-	-	-	1.860
Total movimento no exercício					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo		-	-	-	(23.556)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF		-	-	-	(83.600)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)		-	-	-	98.800
Contratos de Swap		-	-	-	115
Tributos diferidos sobre os itens acima		-	-	-	2.840
		-	-	-	(5.516)
		-	-	-	486.190
		-	-	-	629.135

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
Controladora	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
Receitas	25	2.497.718	2.453.136	3.435.700	2.609.519
Custo dos produtos vendidos	26	(1.858.049)	(1.932.594)	(2.336.341)	(1.926.210)
Lucro bruto		639.669	520.542	1.099.359	683.309
Recargas (despesas) operacionais	26	(105.275)	(98.868)	(119.778)	(101.941)
Despesas gerais e administrativas	26	(141.196)	(146.494)	(180.070)	(147.813)
Resultado de equivalência patrimonial	10	334.474	175.951	(2.994)	87.365
Outras receitas (despesas), líquidas		2.441	143.936	3.164	147.993
		90.444	74.525	(299.678)	(14.426)
Lucro operacional	28	730.113	595.067	799.681	668.883
Resultado financeiro					
Recargas financeiras		88.987	96		

**2. Contexto operacional** A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente, "Grupo") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia. A Companhia é controlada pela holding LJN Participações S.A. ("LJN"), com participação de 52,26% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda. Conforme detalhado na nota 10.2, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("Nova Fronteira"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 25 de junho de 2018.

**2. Resumo das principais políticas contábeis** **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPD"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Referidas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPD 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retornos dos investimentos realizados. Conforme divulgado na nota 10.2, em 23 de fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu participação adicional na NF e a incorporou. A partir daquela data a Companhia passou a reconhecer 100% dos resultados da UBV como resultado de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras individuais e incluiu aquela controlada as suas demonstrações financeiras consolidadas. Referida movimentação afetou significativamente a comparabilidade entre os valores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício corrente com o mesmo período do exercício anterior. **2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2018 e 2017 incluem as seguintes empresas controladas:

Empresa	Participação no capital social (direta e indireta)		Atividades principais
	2018	2017	
Usina Boa Vista S/A ("UBV")	100%	100%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias")	100%	100%	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerais.
São Martinho Energia S.A. ("SME")	100%	100%	Cogeração de energia elétrica.
Cia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio")	100%	100%	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	100%	100%	Participação em sociedades.
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	100%	100%	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
SPE - Residencial Recanto das Painerais Empreendimentos Imobiliários Ltda ("SPE Painerais") - controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Park Empresarial Itacemópolis Ltda ("SPE Park") - controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Limeira Ltda ("SPE Limeira") - controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Pradópolis Ltda ("SPE Pradópolis") - controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Pradópolis II Ltda ("SPE Pradópolis II") - controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	100%	100%	Armazenagem de produtos em geral

Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos sobre os ativos líquidos daquela entidade e as obrigações das partes dos acordos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado do controle de um negócio, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia possuía a seguinte empresa controlada em conjunto:

Empresa	Participação no capital social		Atividades principais
	2018	2017	
Usina Santa Luiza S/A ("USL")	66,67%	66,67%	Serviços de armazenagem

**2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). **2.4 Conversão em moeda estrangeira** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. **2.5 Instrumentos financeiros (i) Ativos Financeiros** Os ativos financeiros são classificados como (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. **a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Estes ativos são contabilizados pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado. **b) Empréstimos e recebíveis** São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis ("transações com partes relacionadas"). Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **c) Desreconhecimento (baixa)** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor. **d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** O Grupo avalia no final de cada exercício se há alguma evidência objetiva de que o ativo financeiro não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. **(ii) Passivos Financeiros** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como hedge accounting. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do hedge. **2.6 Combinações de negócios e ágio** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação do Grupo no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa. O ágio correspondente

a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Ágio" no balanço patrimonial controladora e consolidado. Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pelo adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **2.7 Arrendamentos** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

**3. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB e CPC, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando entrarem em vigor. **(a) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo obrigatória sua adoção para o primeiro exercício de vigência, exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge, conforme ofício circular emitido pela CVM. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

**(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros** A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. **(ii) Redução no valor recuperável (Impairment)** A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: perdas de crédito esperadas para 12 meses e perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. **(iii) Contabilidade de hedge** A Companhia continuará adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9. Durante o exercício, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia durante o próximo exercício, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **(b) IFRS 15 (CPC 47) - Receita com contratos com clientes** A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida, exigindo o reconhecimento do montante da receita para refletir a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. Ao preparar-se para a adoção da IFRS 15, a Companhia está considerando o seguinte: (i) Em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, a Companhia não espera impactos com a adoção da norma, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita; (ii) Mercado Imobiliário: durante o exercício, o CPC formulou consulta ao Comitê de Interpretação do IASB - IFRS IC sobre a aplicação ou não do reconhecimento de receita ao longo do tempo (POC) para determinados contratos do ambiente brasileiro. A área técnica da CVM, mediante Ofício CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018, orientou as entidades no sentido da manutenção da aplicação do previsto na OCPD 04 - Aplicação da Interpretação Técnica 02, enquanto tal processo não for concluído e o texto da OCPD 04 não for adaptado às mudanças normativas. Deste modo, a Companhia aguarda a pacificação do tema para mensurar, caso aplicável, eventual impacto da aplicação do CPC 47 sobre suas demonstrações financeiras. **(c) IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento** Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras. **(d) IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações** O IASB emitiu alterações à norma que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando a nova norma e não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**4. Principais usos de estimativas e julgamentos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: **(a) Perda (impairment) do ágio** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **(b) Valor justo dos ativos biológicos** Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. **(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. **(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. **(e) Provisão para contingências** O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(f) Combinação de negócios e aquisição de participação societária** A administração contrata peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do purchase pricing allocation (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição. **(g) Benefícios fiscais de ICMS** Conforme descrito na Nota 17 (d), a controlada UBV possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 07 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea "g" do inciso XII do art. 155 da Constituição Federal. Os Estados e o Distrito Federal deverão regularizar/ratificar os seus benefícios nesse contexto, efetuando o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais por eles concedidos. A Administração da Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução do cumprimento das obrigações por parte do Estado de Goiás, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

**5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado			
	Rendimentos *	2018	2017	Rendimentos *	2018	2017
Caixa e bancos - no Brasil		7.217	106		8.461	467
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)		132.405	62.878		132.404	62.878
Aplicações financeiras - no Brasil		-	67.037		-	67.037
• CDB		-	-		-	-
• Debêntures compradas		-	11.999		-	12.072
Total de caixa e equivalentes de caixa		139.622	142.202		140.865	142.454

sociedades é composto como segue:

Empresa	% de participação (atual)	Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Classificados no Investimento</b>							
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	100,00%	148.494	1.043.290	148.494	1.043.290	12.844	48.323
São Martinho - Energia S.A.	100,00%	26.214	19.735	26.214	19.735	25.999	17.923
São Martinho Inova S.A.	100,00%	24.360	21.815	24.360	21.815	1.790	(270)
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	100,00%	1.042.766	430.903	1.042.766	430.903	42.326	21.374
São Martinho Logística e Participações S.A.	100,00%	2.952	3.078	2.952	3.078	(126)	(113)
Usina Boa Vista S.A. (Nota 10.2)	100,00%	1.353.646	1.147.277	1.353.646	1.147.277	206.369	(31.738)
Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nota 10.2)	50,95%	-	-	-	-	-	89.838
Companhia Bioenergética Santa Cruz 1	100,00%	104.227	104.704	104.227	104.704	49.637	33.665
Outros		-	-	1.859	1.864	-	-
<b>Total classificados no Investimento</b>		<b>2.702.659</b>	<b>2.770.802</b>	<b>2.704.518</b>	<b>2.772.662</b>	<b>338.839</b>	<b>179.002</b>
<b>Classificados no passivo não circulante</b>							
Usina Santa Luiza S.A. (i)	66,67%	(21.812)	(14.989)	(14.542)	(13.044)	(4.365)	(3.051)
<b>Total classificados no passivo não circulante</b>		<b>(21.812)</b>	<b>(14.989)</b>	<b>(14.542)</b>	<b>(13.044)</b>	<b>(4.365)</b>	<b>(3.051)</b>
<b>Saldo final</b>		<b>2.680.847</b>	<b>2.755.813</b>	<b>2.689.976</b>	<b>2.759.620</b>	<b>334.474</b>	<b>175.951</b>

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas. (i) Investidas não consolidadas, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras.

Empresa	% de participação (atual)	Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Classificados no Investimento</b>							
Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nota 10.2)	50,95%	-	-	-	-	-	89.838
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	566.850	541.511	30.693	29.320	1.371	578
Outros		-	-	1.859	1.864	-	-
<b>Total classificados no Investimento</b>		<b>566.850</b>	<b>541.511</b>	<b>32.552</b>	<b>31.184</b>	<b>1.371</b>	<b>90.416</b>

	Rendimentos *	Controladora		Consolidado		
		2018	2017	Rendimentos *	2018	2017
Aplicações financeiras	99,33%	953.900	548.611	99,46%	1.320.851	1.029.113
• Fundo de investimento		-	-	100%	-	-
• Fundos - LFT (i)		4.159	-	SELIC	24.371	-
• CDB	97,56%	19.873	-	97,56%	19.873	18.641
• Outros (i)		559	532	100,00%	6.425	6.026
Total de aplicações financeiras		978.491	549.143		1.371.520	1.053.780
No ativo não circulante		24.591	532		50.669	24.667
Total de recursos disponíveis		1.093.522	690.631		1.461.716	1.171.567

Rendimentos atuais sobre variação do CDI - taxa média ponderada (i) Referidos saldos estão dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

**6. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes mercado interno	66.583	63.121	202.532	121.827
Clientes mercado externo	230	72.851	230	72.851
	66.813	135.972	202.762	194.678
Ativo circulante	66.813	135.972	177.893	168.868
Ativo não circulante	-	-	24.869	25.810

Para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos relevantes de liquidação duvidosa. O "aging list" das contas a receber está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer:	66.813	135.639	201.441	194.258
Vencidas e não provisionadas:	-	-	276	-
até 30 dias	-	-	333	1.045
acima de 31 dias	-	-	202.762	194.678
	66.813	135.972	202.762	194.678

Do saldo a receber, R\$ 7.594 e R\$ 297 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 4.378 e R\$ 228, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2017, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>7. Estoques e adiantamento a fornecedores</b>				
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	117.654	59.544	136.531	77.368
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	60.895	61.219	71.163	80.929
Adiantamentos - compras				

	% de participação (atual)	Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Consolidado Resultado com equivalência patrimonial		2018		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Classificados no passivo não circulante													
Usina Santa Luíza S.A. (i)	66,67%	(21.812)	(14.989)	(14.542)	(13.044)	(4.365)	(3.051)						
<b>Total classificados no passivo não circulante</b>		<b>(21.812)</b>	<b>(14.989)</b>	<b>(14.542)</b>	<b>(13.044)</b>	<b>(4.365)</b>	<b>(3.051)</b>						
<b>Saldo final</b>		<b>545.038</b>	<b>526.522</b>	<b>18.010</b>	<b>18.140</b>	<b>(2.994)</b>	<b>87.365</b>						

**10.2 Aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição de 49,05% das ações da Nova Fronteira passando a Companhia a deter a totalidade das ações da investida. A mesma Assembleia aprovou a incorporação da adquirida e consequente extinção, que se justifica na medida em que a combinação dos ativos das partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira. Adicionalmente, a operação fortalece o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo. A mencionada incorporação foi fundamentada no acervo líquido contábil da NF, apurados com base nos valores contábeis de 23 de Fevereiro de 2017, totalizando um acervo líquido incorporado de R\$ 1.134.388 fundamentalmente representado pelo investimento na UVB. A partir da data de aquisição e incorporação, a Companhia passou a deter 100% das ações da UVB e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em contraprestação ao percentual adquirido a Companhia emitiu 24.023.708 ações próprias, as quais foram mensuradas para fins de reconhecimento da contraprestação transferida, com base na média ponderada das cotações das ações da Companhia no período de noventa dias anteriores a transação, totalizando R\$ 459.806. O mencionado valor foi reconhecido no patrimônio líquido, sendo R\$ 429.362 no Capital Social, R\$ 86.106 como reserva de incentivo e R\$ 55.662 devedor, à conta redutora de capital. Considerando se tratar de uma combinação de negócios, a administração contratou peritos independentes para a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos purchase pricing allocation (PPA). A avaliação efetuada preliminarmente no exercício anterior, foi concluída no exercício findo em 31 de março de 2018, sem alteração em relação aos valores anteriormente divulgados. A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos a valor justo consolidado da adquirida, assim como o efeito do ganho por compra vantajosa a operação, reconhecido no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais:

	Parcela existente		Parcela adquirida		Investimento total
	50,95%	49,05%	50,95%	49,05%	
Investimento e patrimônio líquido aos valores contábeis	577.946	556.392			1.134.338
Contraprestação transferida		459.806			
<b>Ganho por compra vantajosa</b>		<b>(96.586)</b>			
Valor total dos ativos e passivos da investida	601.381	578.953			1.180.334
<b>Ganho por mais valia de investimento pre-existente e parcela adquirida</b>	<b>(23.435)</b>	<b>(22.561)</b>			<b>(45.996)</b>

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa de R\$ 96.586 (valor de mercado versus o patrimônio líquido na data da incorporação), e ganho da remensuração do investimento (PPA) da parcela adquirida (49,05%) e da parcela pré-existente (50,95%) no valor de R\$ 45.996 mil, totalizando o efeito de R\$ 142.582 no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais. Na data da aquisição, o valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 93.055, mesmo valor contratual. Não houve perda por redução ao valor recuperável de renhuma conta a receber de clientes e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente. Assim como não há contraprestação contingente na transação. Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a partir da data da aquisição, a UVB contribuiu para o consolidado com receitas de R\$ 67.744 e lucro antes dos impostos de R\$ 33.215. Caso a combinação de negócios tivesse ocorrido no início daquele exercício, as receitas do consolidado totalizariam R\$ 839.574, e o lucro líquido das operações seria de R\$139.691. Também durante o exercício anterior, a Administração efetuou a baixa de tributos diferidos ativos (Nota 19) no montante de R\$ 59.656, os quais eram calculados sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da UVB, em função da então prevista incorporação da UVB mencionada na nota de eventos subsequentes (Nota 31). **10.3 Informações complementares sobre a Usina Boa Vista S.A.** Segue abaixo um sumário dos balanços patrimoniais e das demonstrações do resultado da referida controlada:

	2018	2017
<b>Balanco Patrimonial</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>672.438</b>	<b>706.119</b>
Ativo não circulante	1.063.928	1.025.149
Total do Ativo	1.736.366	1.731.268
Passivo circulante	200.212	400.740
Passivo não circulante	240.833	234.439
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.295.321</b>	<b>1.096.089</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.736.366</b>	<b>1.731.268</b>
<b>Demonstração de Resultado</b>		
<b>Receita Líquida</b>	<b>845.309</b>	<b>839.574</b>
Custo dos produtos vendidos	(529.882)	(515.834)
Lucro Bruto	315.427	323.740
Despesas operacionais líquida	(49.281)	(41.545)
Resultado financeiro	(13.272)	(9.640)
Imposto de renda e contribuição social	(53.642)	(132.864)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>199.232</b>	<b>139.691</b>

\* informações individuais da controlada. Consolidado a partir da data de aquisição (nota 10.2)

	2018	2017
<b>Informações Financeiras</b>		
<b>Caixa e aplicações financeiras de curto prazo</b>	<b>306.608</b>	<b>424.859</b>
Dívida bruta	291.199	528.075
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	233.101	226.917

**11. Ativos biológicos** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de

avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Área total estimada de colheita (ha)	172.762	169.867	227.343	222.789
Produtividade prevista (ton/ha)	88,74	85,28	88,23	84,65
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg)	132,56	130,96	133,57	131,41
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,5759	0,6396	0,5752	0,6397

Em 31 de março de 2018 a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,48% a.a. (9,25% a.a. em 31 de março de 2017). Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo histórico	467.314	458.098	628.164	458.098
Valor justo	(29.658)	12.143	(41.802)	12.143
Ativos biológicos em 31 de março	437.656	470.241	586.362	470.241
Movimentação:				
Aumentos decorrentes de tratos	325.273	321.119	427.540	329.552
Transferência do imobilizado	127.822	96.343	171.298	88.256
Variação no valor justo	(69.360)	(41.801)	(74.927)	(25.456)
Realização da menos valia - combinação de negócios	-	-	11.863	-
Reduções decorrentes da colheita	(401.659)	(408.246)	(540.411)	(409.393)
Consolidação UVB - Custo Histórico	-	-	-	161.651
Consolidação UVB - Valor Justo	-	-	-	(28.489)
Saldo final de ativos biológicos:	419.732	437.656	581.725	586.362

Composto por:

	2018	2017	2018	2017
Custo histórico	518.750	467.314	686.591	628.164
Valor justo	(99.018)	(29.658)	(104.866)	(41.802)
Saldo final de ativos biológicos:	419.732	437.656	581.725	586.362

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos. **(a) Compromissos com parceria agrícola e arrendamentos** A Companhia firmou contratos de parceria agrícola, renováveis ao seu término e com vigência entre seis e doze anos, para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento para produção de cana-de-açúcar. Os valores a serem desembolsados em função destes contratos são determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo CONSECANA e/ou conforme contrato celebrado entre as partes. Em 31 de março de 2018 e 2017, os pagamentos totais estimados são:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Parceria agrícola:				
Menos de um ano	250.931	215.481	316.488	271.496
Mais de um ano e menos de cinco anos	713.263	693.041	933.683	871.817
Mais de cinco anos	499.431	601.786	794.881	816.531
(-) Ajuste a valor presente	(423.772)	(562.460)	(627.247)	(740.804)
	1.039.853	947.848	1.417.805	1.219.040
Arrendamentos:				
Menos de um ano	51.647	25.765	52.550	26.800
Mais de um ano e menos de cinco anos	193.973	87.766	197.586	89.025
Mais de cinco anos	423.542	94.565	428.394	97.098
(-) Ajuste a valor presente	(284.875)	(77.020)	(288.064)	(78.876)
	384.287	131.076	390.466	133.327

**12. Imobilizado** O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (bearer plants) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

	Edifícios e dependências		Equipamentos e instalações Industriais		Manutenção entre-safras		Máquinas e implementos agrícolas		Outras imobilizações		Lavoura de cana-de-açúcar		Total
	Terras	dependências	Industriais	safras	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Obras em andamento	can-de-açúcar	can-de-açúcar		
Saldos em 31 de março de 2016	138.091	219.161	776.308	130.648	166.448	230.249	14.837	50.468	594.914	2.321.124			3.232.124
Aquisição	13.942	-	1.170	170.880	12.562	32.261	1.194	101.717	217.354	217.354	551.800		551.800
Custo da alienação	-	-	(6)	-	(1.854)	(3.778)	(7)	-	-	-	-	-	(5.645)
Transferências entre grupos	-	33.783	74.303	-	1.710	-	4.630	3.659	(118.085)	-	-	-	-
Redução de Capital da Vale do Mogi	4.487	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.487
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.343)	-	-	(96.343)
Depreciação	-	(7.288)	(52.569)	(131.040)	(13.656)	(32.456)	(3.131)	-	-	-	(240.140)	-	(240.140)
Saldos em 31 de março de 2017	156.520	245.656	799.206	170.488	165.210	230.906	16.552	34.100	715.925	2.534.563			3.279.558
Custo total	156.520	283.092	1.124.973	301.959	229.200	377.011	57.142	34.100	715.925	3.279.558			3.279.558
Depreciação acumulada	-	(37.436)	(325.767)	(131.107)	(63.990)	(146.105)	(40.590)	-	-	-	(744.995)	-	(744.995)
Valor residual	156.520	245.656	799.206	170.488	165.210	230.906	16.552	34.100	715.925	2.534.563			3.279.558
Aquisição	-	54	2.909	220.351	13.019	34.944	966	73.597	208.960	554.800	(127.822)		(127.822)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.822)		(127.822)
Custo da alienação	(712)	-	(151)	-	(759)	(2.082)	(82)	-	-	-	(3.786)		(3.786)
Transferências entre grupos	-	4.790	46.573	-	1.822	(7.599)	8.150	(62.346)	-	8.610	-		-
Depreciação	-	(7.746)	(57.420)	(172.795)	(13.335)	(24.148)	(3.197)	-	-	-	(278.641)		(278.641)
Saldos em 31 de março de 2018	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	22.389	45.351	805.673	2.679.114			3.279.114
Custo total	155.808	287.935	1.174.304	390.839	243.282	402.273	66.177	45.351	805.673	3.571.642			3.571.642
Depreciação acumulada	-	(45.181)	(383.187)	(172.795)	(77.325)	(170.252)	(43.788)	-	-	-	(892.528)		(892.528)
Valor residual	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	22.389	45.351	805.673	2.679.114			3.279.114
Valores Residuais :													
Custo histórico	16.355	183.199	584.132	218.044	138.873	189.931	22.389	45.351	805.673	2.203.947			2.203.947
Mais-valia	139.453	59.555	206.985	-	27.084	42.090	-	-	-	475.167			475.167
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	5%	100%	6%	9%	13%	-	-	14%			

	Edifícios e dependências		Equipamentos e instalações Industriais		Manutenção entre-safras		Máquinas e implementos agrícolas		Benfeitorias em imóveis de 3ªs		Outras imobilizações		Obras em andamento		Lavoura de cana-de-açúcar		Total
	Terras	dependências	Industriais	safras	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos	Veículos		
Saldos em 31 de março de 2016	1.750.344	223.420	842.050	131.120	166.448	230.249	14.838	51.086	594.914	4.004.469							4.004.469
Aquisição	13.942	-	1.216	189.599	13.649	32.284	1.261	106.172	227.814	585.937							585.937
Custo da alienação	(180)	-	(6)	-	(1.975)	(5.180)	(7)	-	-	(7.348)							(7.348)
Transferências entre grupos	-	33.849	77.020	-	1.710	-	4.639	3.733	(120.951)	-							(120.951)
Transferência para estoque	(3.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-							-
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-													

fortalecer o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo custos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo. Em decorrência da Incorporação, a Nova Fronteira foi extinta e o capital social da Companhia foi aumentado, com a emissão de 24.023.708 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, as quais foram atribuídas aos acionistas da Nova Fronteira. O montante de R\$ 55.662 reconhecido como redutora de capital, mencionado na nota 10.2, referia-se ao ajuste efetuado no valor da parcela adquirida do patrimônio líquido reconhecido na incorporação da Nova Fronteira, registrado aos valores contábeis para atender a legislação societária, para refletir o valor da contraprestação transferida na operação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 54.968, com utilização de reserva de orçamento de capital de R\$ 110.630, deduzido de R\$ 55.662 reconhecido anteriormente como redutora de capital.

**(b) Ações em tesouraria** Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são reacquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. A movimentação das ações em tesouraria no exercício findo em 31 de março de 2018 é demonstrada a seguir:

	2017	Aquisição de ações	Alienação de ações	2018
Quantidade	5.431.517	7.992.600	(215.454)	13.208.663
Preço médio	16,96	18,24	17,59	17,72
Montante total	92.134	145.756	(3.790)	234.100

Em 27 de novembro de 2017, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o 5º Plano de Recompra de ações. O Plano contemplará a aquisição de até 8.000.000 (oito milhões) de ações no prazo de 18 meses contados a partir da data da aprovação. **(c) Ajustes de avaliação patrimonial (i) Deemed cost** Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais; veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". **(ii) Valor justo de hedge accounting** Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/líquidas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas. **(d) Reserva de lucros Reserva legal** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Reserva para orçamento de capital** A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos. **Reserva de lucros a realizar** Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na ABV, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária. **Reserva de incentivos fiscais** A controladora UBV possui programa de incentivo fiscal estadual com vigência até 2033, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção. O valor do incentivo que impactou o resultado da controladora UBV no exercício findo em 31 de março de 2018 foi de R\$ 74.678 (R\$ 34.679 em 31 de março de 2017). **(e) Dividendos** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	491.706	283.867
Constituição de reserva legal - 5%	(24.585)	(14.193)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	467.121	269.674
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	116.780	67.419
Realização de reserva de lucros a realizar	31.561	6.823
Total dividendos	148.341	74.242
Dividendo por ação	0,4229	0,2070
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	350.803	358.580

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2018, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 31.659 (R\$ 0,0902 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária. **(f) Plano de outorga de opção de compra de ações** Em 2009 foi emitido o plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos diretores da Companhia. A outorga de opções não excederá 2% do total de ações da Companhia e não poderá ultrapassar o limite máximo anual de 0,5% do total de ações do capital social. Os saldos dos planos de opções de compra de ações emitidos e a movimentação das opções de ações em circulação, no exercício findo em 31 de março de 2018, estão demonstrados a seguir:

Plano	4º Plano	5º Plano	6º Plano	7º Plano	8º Plano	Total
Data de emissão do plano	17/12/2012	16/12/2013	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	
Data limite para exercício (i)	2019	2020	2021	2022	2023	
Valor justo das opções (R\$) (ii)	2,29 - 2,62	2,82 - 3,15	3,80 - 4,20	5,55 - 6,21	5,91 - 6,53	
Opções outorgadas (iii)	1.175.178	1.142.436	1.014.264	767.700	779.934	4.879.512
Opções exercidas (iii)	(879.422)	(457.716)	(140.805)	(26.904)	-	(1.504.847)
Opções de ações em circulação	295.756	684.720	873.459	740.796	779.934	3.374.665
Preço do exercício (ii)	8,37	9,13	12,04	15,87	17,70	

(i) As opções para cada um dos planos, poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, to-dos com prazo limite conforme estabelecido em cada plano; (ii) Dados relativos ao 4º, 5º, 6º e 7º planos, foram ajustados de maneira a refletir o desdobramento de ações mencionado na nota 17 (a). No exercício findo em 31 de março de 2018, foram exercidas opções de compra de 215.454 ações resultando no valor de R\$ 3.790 (R\$ 2.711 em 31 de março de 2017). O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação *Black & Scholes*. A Companhia reconheceu no exercício uma despesa de R\$ 4.083 (31 de março de 2017 - R\$ 4.079) com opções de ações. **(g) Reserva de capital** Refere-se a avaliação a valor de mercado das ações da Companhia emitidas no momento da troca de ações com os acionistas não controladores.

**18. Programa de participação nos lucros e resultados** A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi na Controladora de R\$ 51.639 e R\$ 38.695 (Consolidado - R\$ 65.424 e R\$ 38.376), respectivamente.

**19. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **(a) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Reconhe-cido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2017	2018
Controladora				
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	48.926	(18.766)	(5.954)	24.206
Instrumentos financeiros derivativos	40.581	(15.694)	2.840	27.727
Provisão para contingências	22.108	1.089	-	23.197
Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	11.576	23.583	-	35.159
Provisão para outras obrigações	7.514	(339)	-	7.175
Outros Ativos	4.170	2.259	-	6.429
Total do IR e CS ativo	134.875	(7.868)	(3.114)	123.993
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(173.366)	10.975	-	(162.391)
Depreciação acelerada incentivada (157.612)	(157.612)	(22.979)	-	(180.591)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado (100.498)	(100.498)	(30.360)	-	(130.858)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(48.478)	(4.191)	-	(52.669)
Variação Cambial	(27.758)	19.091	-	(8.667)
Alienação de investimento com tributação diferida	(21.683)	2.710	-	(18.973)
Financiamentos securitizados	(17.025)	3.438	-	(13.587)
Ajuste a valor presente	(1.344)	744	-	(600)
Outros passivos	(131)	131	-	-
Total do IR e CS passivo	(547.895)	(20.441)	-	(568.336)
Saldo do IR e CS Diferidos	(413.020)	(28.309)	(3.114)	(444.443)

	Reconhe-cido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Ajuste consoli-dação - Direitos sobre contratos	2017	2018
Consolidado					
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	53.454	(23.295)	(5.954)	-	24.205
Instrumentos financeiros derivativos	40.581	(15.694)	2.841	-	27.728
Provisão para contingências	23.895	1.161	-	-	25.056
Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	6.208	25.478	-	-	31.686
Participação de empregados no resultado e bônus	507	1	-	-	508
Provisão para outras obrigações	7.514	(339)	-	-	7.175
Outros Ativos	6.032	(127)	-	-	5.905
Total do IR e CS ativo	138.191	(12.815)	(3.113)	-	122.263
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(370.919)	11.169	(286.325)	-	(646.075)
Depreciação acelerada incentivada (180.799)	(180.799)	(49.306)	-	-	(230.105)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado (100.498)	(100.498)	(30.360)	-	-	(130.858)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(48.478)	(4.191)	-	-	(52.669)
Variação Cambial	(27.758)	19.091	-	-	(8.667)
Alienação de investimento com tributação diferida	(21.683)	2.710	-	-	(18.973)
Financiamentos securitizados	(17.025)	3.438	-	-	(13.587)
Ajuste a valor presente	(1.344)	745	-	-	(599)

	2017	Reconhe-cido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Ajuste consoli-dação - Direitos sobre contratos	energia	2018
Consolidado						
Outros passivos	(286)	135	-	-	-	(151)
Ativo Intangível	(27.818)	-	-	-	4.806	(23.012)
Ganho por mudança de participação relativa ITC	(4.726)	(238)	-	-	-	(4.964)
Total do IR e CS passivo	(801.334)	(46.807)	(286.325)	-	4.806	(1.129.660)
Saldo do IR e CS Diferidos	(663.143)	(59.622)	(289.438)	-	4.806	(1.007.397)
Outros tributos Diferidos	(526)	-	-	-	-	(526)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal. A Companhia reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados. Durante o exercício findo em 31 de março de 2018, a controladora SM Terras Agrícolas reconheceu o montante de R\$ 286.325 de tributos diferidos passivos sobre a mais-valia de custo atribuído de terras, em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido. O reconhecimento teve como fato gerador a transferência via redução de capital ou cisão parcial de terras da SM Terras Imobiliárias ocorrida no exercício e consequente alteração da forma de tributação em caso de realização/alienação das terras. Em função da decisão de incorporação da UBV, mencionada na nota 10.2, e consequente perda de prejuízos fiscais e base na negativa de contribuição social daquela controladora, foram baixados no resultado no exercício findo em 31 de março de 2017 o equivalente a R\$ 59.656 de tributos diferidos ativos. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, apurada nos termos da instrução CVM 371/02, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

	Expectativa de realização			
Consolidado				
Na safra 18/19	14.640	-	-	-
Na safra 19/20	20.294	-	-	-
Na safra 20/21	5.131	-	-	-
Na safra 21/22	16.303	-	-	-
Na safra 22/23	2.371	-	-	-
Na safra 23/24	63.524	-	-	-
A partir da safra 23/24	122.263	-	-	-

**(b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	561.307	331.836	622.546	413.645
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(190.844)	(112.940)	(211.666)	(140.755)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
• Equivalência patrimonial	113.721	59.823	(1.018)	29.704
• Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	6.737	(1.186)	6.383	(1.206)
• Subvenção estadual	-	-	25.391	850
• Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	41.989	34.970
• Utilização de Prejuízo Fiscal de controlada não contabilizado	-	-	6.326	-
• Outros	785	6.334	1.755	6.313
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(69.601)	(47.969)	(130.840)	(70.124)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	12,4%	14,5%	21,0%	17,0%
Ajustes para apuração da alíquota efetiva não recorrentes:				
• Baixa de Ativo Fiscal Diferido	-	-	-	(59.654)
Despesa total com imposto de renda e contribuição social	(69.601)	(47.969)	(130.840)	(129.778)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(41.292)	(6.871)	(71.218)	(14.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.309)	(41.098)	(59.622)	(115.630)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	12,4%	14,5%	21,0%	17,0%

**20. Compromissos** O Grupo estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil: **Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal** O Grupo possui áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento, correspondente a matas ciliares e reserva legal, destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, observando estritamente as disposições do Código Florestal em relação à preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia já providenciou a inscrição de seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderirá ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Eventuais investimentos para regularização ambiental, a forma que os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação e demais atividades para regularização ambiental, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado. **Contrato de fornecimento de etanol** Mediante contrato de compra e venda, na safra 2008/2009 a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation até a safra 2038/2039, em condições de mercado. **Avais concedidos** Adicionalmente, a Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R\$ 46.091. **Fornecimento de Energia Elétrica** A Companhia, a BIO e a SME mantêm compromissos de comercialização de parte de sua produção por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) tanto no mercado regulado (leilões), quanto no mercado livre (contratos de venda com terceiros). **Compras de insumos** A Companhia mantém compromissos para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação é realizada por meio de compra para entrega futura.

**21. Provisão para contingências** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das informações contábeis intermediárias. **21.1 Perdas prováveis** O Grupo, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora		Consolidado	
	Tribu-tários	Cíveis e ambientais	Traba-lhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2017	11.571	3.363	51.643	66.577
Adições	661	2.773	19.343	22.777
Reversões	(953)	(1.084)	(7.698)	(9.735)
Utilizações	(8)	(1.057)	(16.974)	(18.039)
Atualizações	1.394	1.703	5.419	8.516
Saldo em 31 de março de 2018	12.665	5.698	51.733	70.096

	Controladora		Consolidado	
	Tribu-tários	Cíveis e ambientais	Traba-lhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2017	18.222	26.597	56.896	101.715
Adições	2.061	3.821	23.289	29.171
Reversões	(2.414)	(6.258)	(9.535)	(18.207)
Utilizações	(3.385)	(1.177)	(20.890)	(25.452)
Atualizações	1.384	4.528	5.983	11.895
Saldo em 31 de março de 2018	15.868	27.511	55.743	99.122

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Em 31 de março de 2018, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado): **Processos tributários:** Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pelo Grupo, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e (b) honorários *ad exitum* a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos tributários. **Processos cíveis e ambientais:** Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queima de palha de cana-de-açúcar; e (iii) execuções de natureza ambiental. **Processos trabalhistas:** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional. **21.2 Perdas possíveis** O Grupo é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

	Controladora		Consolidado	
	Nº de processos	Mon-tante	Nº de processos	Mon-tante
Natureza Ambientais	43	7.645	36	6.840
Cíveis	15	4.211	21	11.572
Indenizatórias	4	5.857	6	7.390
Revisão de contratos	17	60	12	1.046
Outros processos Trabalhistas	14	71	20	71
Tributários	15	199.114	14	213.013
Contribuição previdenciária(i)	5	258.010	5	236.777
Apuração de IRPJ/CSLL (ii)	65	89.061	33	33.621
Compensação de Tributos Federais (iii)	9	12.832	3	2.360
ICMS (iv)	41	23.078	11	1.373
Outros processos (v)	197	578.234	191	535.697
Total	43	7.		



## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

cola. Conforme mencionado na nota 11, essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía saldo de R\$419.732 mil e R\$ 581.725 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado, respectivamente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços futuros de açúcar e álcool e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa. Também focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo no ativo circulante, como seus reflexos no resultado do exercício. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos ativos biológicos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Instrumentos financeiros derivativos** Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de commodities, taxas de câmbio e taxa de juros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses a Administração utiliza a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 43.151 mil, R\$ 101.007 mil e um saldo devedor de R\$57.856 mil (líquido dos efeitos tributários) no ativo, passivo e patrimônio líquido, respectivamente em 31 de março de 2018. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de *hedge*, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de *hedge*, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado. Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de *hedge*, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Com o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e em base de amostragem, a revisão de contratos, envio de cartas de confirmação para as contrapartes dos respectivos contratos, revisão das políticas e memorandos que formalizam a designação para contabilidade de *hedge* e exames dos testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados. Analisamos também a adequação das divulgações da Companhia nas notas 22 e 23 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de *hedge*, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia para utilização da contabilidade de *hedge*, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas mencionadas no parágrafo acima, são aceitáveis, no contexto das demonstrações finan-

ceiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** **Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras

ras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 25 de junho de 2018

**ERNST & YOUNG**

Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP034519/O-6

**José Antonio de A. Navarrete**

Contador CRC 1SP198698/O-4

